

CRÍTICA AO IDENTITARISMO E REGIMES DE VERDADE: ARQUEOGENEALOGIA DE UM ARQUIVO MIDIÁTICO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

CRÍTICA AL IDENTITARISMO Y REGÍMENES DE VERDAD: ARQUEOGENEALOGÍA DE UN
ARCHIVO MEDIÁTICO EN EL BRASIL CONTEMPORÁNEO

CRITIQUE OF IDENTITARIANISM AND REGIMES OF TRUTH: AN
ARCHAEOGENEALOGICAL READING OF A MEDIA ARCHIVE IN CONTEMPORARY BRAZIL

Tici Jardim Pimenta*

Luciana Carmona Garcia**

Universidade de Franca

RESUMO: O artigo analisa a emergência recente da chamada “crítica ao identitarismo” como prática discursiva que, no Brasil, tem se apresentado como chave para explicar as crises da esquerda, a fragmentação do campo progressista e as disputas em torno das chamadas “pautas identitárias”. No contexto do centenário de Michel Foucault e do deslocamento irônico de “Nós, os vitorianos” para “Vocês, os identitários”, pergunta-se como essa crítica contribui para a atualização dos regimes de verdade que articulam saber, poder e corpo. Partindo dos Estudos Discursivos Foucaultianos, mobiliza-se, sob o rótulo exógeno de Análise Arqueogenealógica do Discurso (AAGD), a sistematização de Navarro (2015, 2020), com operadores como arquivo, acontecimentalização e desmultiplicação causal. O *corpus* reúne 23 acontecimentos discursivos selecionados na aba “Notícias” do *Google* a partir das combinações “pauta identitária + esquerda” e “identitarismo + esquerda” (2000–2025). O recorte assume a agência algorítmica da plataforma como parte das condições de aparecimento do recuperável e trata o material como arquivo estratégico, não como amostra estatística do debate público. A análise descreve a constituição de “identitarismo” como palavra-problema e operador acusatório, os léxicos retroativos, os sujeitos autorizados à crítica, os suportes de circulação, as posições político-ideológicas e as

* Doutora em Linguística pela Universidade de Franca (Unifran), psicóloga e sexóloga. Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Franca, Av. Dr. Armando de Salles Oliveira, 201, Parque Universitário, Franca, Brasil. E-mail: ticijardimpsi@gmail.com.

** Doutora em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), professora permanente e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Franca (Unifran). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Franca, Av. Dr. Armando de Salles Oliveira, 201, Parque Universitário, Franca, Brasil. E-mail: luciana.garcia@unifran.edu.br.

dicotomias recorrentes. Argumenta-se que a “crítica ao identitarismo” opera como dispositivo de inteligibilidade e de governo das lutas minoritárias, produzindo “identitários” e “críticos do identitarismo” em posições assimétricas de fala e de legitimidade.

PALAVRAS-CHAVE: Michel Foucault. Estudos Discursivos Foucaultianos. Análise Arqueogenealógica do Discurso. Identitarismo. Regimes de verdade.

RESUMEN: El artículo analiza la emergencia reciente de la llamada “crítica al identitarismo” como práctica discursiva que, en Brasil, se ha presentado como clave para explicar las crisis de la izquierda, la fragmentación del campo progresista y las disputas en torno a las llamadas “pautas identitarias”. En el contexto del centenario de Michel Foucault y del desplazamiento irónico de “Nosotros, los victorianos” a “Ustedes, los identitarios”, se pregunta cómo esta crítica contribuye a la actualización de los regímenes de verdad que articulan saber, poder y cuerpo. A partir de los Estudios Discursivos Foucaultianos, se moviliza, bajo el rótulo exógeno de Análisis Arqueogenealógico del Discurso (AAGD), la sistematización de Navarro (2015, 2020), con operadores como el archivo, la acontecimentalización y la desmultiplicación causal. El *corpus* reúne 23 acontecimientos discursivos seleccionados en la pestaña “Noticias” de *Google* mediante las combinaciones “pauta identitária + esquerda” e “identitarismo + esquerda” (2000–2025). El recorte asume la agencia algorítmica de la plataforma como parte de las condiciones de aparición de lo recuperable y trata el material como archivo estratégico, no como muestra estadística del debate público. El análisis describe la constitución de “identitarismo” como palabra-problema y operador acusatorio, los léxicos retroactivos, los sujetos autorizados a la crítica, los soportes de circulación, las posiciones político-ideológicas y las dicotomías recurrentes. Se argumenta que la “crítica al identitarismo” opera como dispositivo de inteligibilidad y de gobierno de las luchas minoritarias, produciendo “identitarios” y “críticos del identitarismo” en posiciones asimétricas de enunciación y legitimidad.

PALABRAS CLAVE: Michel Foucault. Estudios Discursivos Foucaultianos. Análisis Arqueogenealógico del Discurso. Identitarismo. Regímenes de verdad.

ABSTRACT: This article examines the recent emergence of the so-called “critique of identitarianism” as a discursive practice that, in Brazil, has presented itself as a key to explaining crises of the left, the fragmentation of the progressive field, and disputes over so-called “identity agendas.” In the context of Michel Foucault’s centenary and through an ironic shift from “We, the Victorians” to “You, the identitarians,” it asks how this critique contributes to the current updating of regimes of truth that articulate knowledge, power, and the body. Drawing on Foucauldian Discourse Studies, the article mobilizes Navarro’s systematization (2015, 2020), under the label Archaeogenealogical Discourse Analysis (AAGD), using operators such as archive, eventalization, and causal demultiplication. The corpus comprises 23 discursive events selected from Google’s “News” tab using the queries “pauta identitária + esquerda” and “identitarismo + esquerda” (2000–2025). The study treats the platform’s algorithmic agency as part of the conditions shaping what becomes retrievable and approaches the material as a strategic archive rather than a statistical sample of public debate. The analysis describes the constitution of “identitarianism” as a problem-term and an accusatory operator, the retroactive lexicons, the subjects authorized to critique, the circulation supports, the political-ideological positions, and the recurring dichotomies. It argues that the “critique of identitarianism” operates as a dispositif of intelligibility and government of minority struggles, producing “identitarians” and “critics of identitarianism” in asymmetrical positions of voice and legitimacy.

KEYWORDS: Michel Foucault. Foucauldian Discourse Studies. Archaeogenealogical Discourse Analysis. Identitarianism. Regimes of truth.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a proliferação de enunciados sobre “pautas identitárias” vem acompanhada da consolidação de uma “crítica ao identitarismo” que se apresenta como chave de leitura das disputas sociais contemporâneas. À sombra do centenário de Michel Foucault, esse movimento autoriza um deslocamento irônico: do “Nós, os vitorianos” interpelado em *A vontade de saber* (em 1976) aos “Vocês, os identitários”, que hoje concentram as acusações de crise micro e macrosocial.

Assim como a hipótese repressiva serviu, no século XIX, para organizar uma economia discursiva sobre o sexo (Foucault, 2022b), a “crítica ao identitarismo” parece funcionar, no presente, como gramática para dizer o que “realmente” estaria em jogo ao falar de identidade, luta, justiça e revolução social.

Por meio de diferentes suportes midiáticos, essa crítica reivindica para si o lugar de diagnóstico das crises da esquerda e da fragmentação do campo progressista, atribuindo às lutas feministas, antirracistas, LGBTQIAPN+ e a outras lutas minoritárias a responsabilidade de deslocar o foco da “questão social” para demandas tidas como “particularistas” ou “simbólicas”. Não se trata de mero debate terminológico, mas da emergência de uma prática discursiva sobre corpos, identidades e conflitos políticos que, à maneira dos dispositivos analisados por Foucault, não se reduz a proibir, mas, principalmente, a incitar, organizar e distribuir discursos, produzindo saberes, poderes e silenciamentos (Foucault, 2023).

Este artigo toma essa prática (designada aqui como “crítica ao identitarismo”) como objeto de análise e pergunta de que modo ela participa da atualização contemporânea dos regimes de verdade que articulam saber, poder e corpo. O diálogo com o gesto foucaultiano de deslocar o foco da economia de escassez para as instâncias de produção discursiva interessa-nos na medida em que pode auxiliar na descrição do dispositivo que se cola ao vocativo “você, os identitários” e as formas pelas quais ele fabrica objetos, ordena silêncios, faz circular desconhecimentos sistemáticos e produz modos de subjetivação.

Em vez de discutir a “validade” das acusações dirigidas às chamadas “políticas, pautas ou corpos identitários”, buscamos descrever as regularidades enunciativas que atravessam esse arquivo: o objeto “identitarismo” e os léxicos “retroativos” que ele fabrica, as posições de sujeito que ele autoriza e as dicotomias recorrentes que ele estabiliza e operacionaliza.

A hipótese é que a “crítica ao identitarismo” tem atuado como operador de inteligibilidade e de governo das lutas minoritárias (nela, sempre minorizadas), ao redistribuir o campo do dizível sobre gênero, raça, sexualidade e outras diferenças somatopolíticas e ao produzir os sujeitos “identitários” e os “críticos do identitarismo” com lugares assimétricos de fala e legitimidade.

Além de reconhecer a atualidade do tema, é importante situar que “identitarismo” tem sido abordado, no debate público e acadêmico recente, menos como conceito estabilizado do que como palavra-problema e operador acusatório, capaz de agregar objetos heterogêneos e reordenar legitimidades no interior de diversos campos políticos. Nesse sentido, os diagnósticos sobre a emergência de “novos discursos críticos às identidades” oferecem um enquadramento direto do fenômeno e de sua circulação ampliada, inclusive em arenas universitárias e midiáticas (Colling, 2024; Eachuspleste, 2025), contribuindo para delimitar o problema investigado.

Teoricamente, o artigo inscreve-se nos Estudos Discursivos Foucaultianos (EDF) e mobiliza, sob o rótulo exógeno de Análise Arqueogenealógica do Discurso (AAGD), a formulação de Navarro (2015, 2020)¹. Empiricamente, analisa 23 acontecimentos discursivos selecionados na aba “Notícias” do conglomerado *Google*, no período de 2000 a 2025, tratados como fragmentos de arquivo. A constituição do *corpus* pressupõe, como parte das condições de aparecimento do recuperável, a agência algorítmica da plataforma, razão pela qual o arquivo empírico é tratado como recorte estratégico, e não como amostra estatística.

Assim, na seção 2, apresentamos os fundamentos foucaultianos e os operadores da AAGD. Na seção 3, descrevemos o procedimento de *corpus* e de seleção, reconstruímos a emergência recente no arquivo e recortamos séries enunciativas com excertos, culminando na Tabela 1, uma síntese construída a partir dessas séries.

2 FUNDAMENTOS FOUCAULTIANOS E OPERADORES DA AAGD

As análises arqueogenealógicas de discursos, tal como vêm sendo praticadas nos EDF, não decorrem de mera atualização terminológica, mas de um gesto que toma a obra de Foucault como matriz metodológica autônoma. A sigla AAGD funciona, neste artigo, bem como na tese que lhe deu começo, como nomeação exógena. Não é um rótulo estabilizado, por exemplo, em Navarro (2015, 2020), mas sim um modo de designar a superfície de uma prática analítica que se deixa entrever nessa linhagem. Esse gesto

¹ O presente artigo apresenta resultados parciais de pesquisa de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Franca (Unifran), financiada com as bolsas CAPES/PDPG (Processo: 88887.839586/2023-00), sob orientação da Profa. Dra. Luciana Carmona Garcia, e CAPES/PDSE (Processo: 88881.125778/2025-01), sob supervisão da Profa. Dra. María Alejandra Vitale.

foucaultiano desloca o regime de análise, do inventário de “opiniões” para a descrição das condições de emergência, circulação e raridade dos enunciados, compreendendo o discurso como prática histórica produtiva (Foucault, 2022a).

Retomando debates iniciados em 2006, Navarro (2015) formula um programa de análise arqueogenealógica de discursos que articula teoria, prática e empiria em um método de leitura histórica dos enunciados. Analisar o discurso “com Foucault” significa deslocar o foco das estruturas linguísticas ou de modelos explicativos prévios para as condições históricas de emergência dos dizeres, atravessando o percurso que vai do enunciado ao discurso, à formação discursiva e ao arquivo. No plano foucaultiano, o enunciado interessa por sua função e por sua inserção em um campo de regras que o torna possível, citável e eficaz (Foucault, 2022a), isto é, como acontecimento com materialidade e efeitos.

Em Navarro (2020), esse gesto é sistematizado a partir de *A verdade e as formas jurídicas*, em que Foucault explicita três eixos de pesquisa: a pesquisa histórica, a análise de discursos e a teoria do sujeito. Articulados, esses eixos configuram a arqueogenealogia como um esquema de inteligibilidade no qual conceitos como arquivo, acontecimento e dispositivo atuam como operadores de leitura. O arquivo, em *A arqueologia do saber* (Foucault, 2022a), é definido como um sistema histórico que regula o aparecimento dos enunciados, um conjunto de práticas e regras que, em determinada formação, define o que pode ser dito. Para os fins deste artigo, essa tripartição impede que a análise se reduza a um inventário textual, pois exige ligar enunciados, práticas e condições de possibilidade, recolocando a subjetivação no centro do problema analítico.

As pesquisas vinculadas aos EDF desenvolvem, a partir daí, procedimentos que incorporam essa matriz em uma prática concreta. Acontecimentalização designa o movimento de isolar acontecimentos discursivos (não como origens, mas como pontos de inflexão) para reinscrevê-los em séries enunciativas e redes de força; desmultiplicação causal recusa explicações únicas, concebendo cada acontecimento como efeito de múltiplos processos e estratégias em interação (Navarro, 2020). Metodologicamente, disso resulta que o *corpus* não é escolhido para “representar” a totalidade do debate, mas para tornar visíveis séries e regularidades, descrevendo convergências entre forças heterogêneas na estabilização do objeto “identitarismo” como palavra-problema e na produção de posições assimétricas de legitimidade. É essa articulação entre arquivo, acontecimentalização e desmultiplicação causal que, neste artigo, nomeamos AAGD.

Nesse horizonte, a referência a Estudos Contemporâneos Transdisciplinares e Indisciplinares [e Brasileiros] do Discurso (ECTI[B]D) recupera, para fins de localização mínima, a proposta de Mendizábal (2019), indicando um ecossistema de coexistência entre Teorias do Discurso, Análises do Discurso e Estudos do Discurso no âmbito latino-americano. Situada no interior das Análises do Discurso Brasileiras (ADB), a AAGD opera aqui como uma filiação foucaultiana específica em um campo historicamente heterogêneo (Gregolin, 2006; Mazière, 2007; Maingueneau, 2015; Ruiz, 2021) e é mobilizada apenas como base de leitura do arquivo empírico do artigo: os discursos da “crítica ao identitarismo”.

A forma exógena AAGD, portanto, não pretende rebatizar um campo nem substituir a diversidade dos EDF, mas nomear um conjunto de operadores foucaultianos, tal como foram sistematizados em uma linhagem brasileira localizada. Ao longo deste artigo, esses operadores não funcionam como exposição doutrinária, mas como hipótese de leitura que se põe à prova na materialidade do arquivo analisado, na seleção, no recorte de séries enunciativas e na descrição dos efeitos de verdade e de subjetivação que daí emergem.

Em diálogo direto com Foucault, o artigo mobiliza a via de sistematização de Navarro (2015, 2020) para explicitar um conjunto de operadores foucaultianos aplicados à leitura do arquivo (Foucault, 2022a, 2022b, 2023). Trata-se de um recorte entre possíveis no interior dos EDF, eleito por sua capacidade de tornar explícitos os passos da análise e, nesse sentido, suficiente para sustentar o percurso adotado, sem requerer a incorporação de um arcabouço teórico-metodológico suplementar.

3 “VOCÊS, OS IDENTITÁRIOS”: UMA ANÁLISE ARQUEOGENEALÓGICA DA “CRÍTICA AO IDENTITARISMO”

3.1 CORPUS E SELEÇÃO

Na seção 2, a AAGD foi situada nas ADB. O passo seguinte é voltar-se para o objeto empírico deste artigo: a emergência da “crítica ao identitarismo”.

O *corpus* foi construído a partir de consultas na aba “Notícias” do *Google*, com os descritores “pauta identitária + esquerda” e “identitarismo + esquerda”, no recorte temporal de 2000 a 2025. A consulta foi realizada em uma janela anônima, sem *login* ativo, e os resultados foram registrados na data de coleta, como medida de mitigação, sem a pretensão de neutralizar por completo a personalização. O objetivo não foi obter representatividade estatística do “debate público”, mas recortar um arquivo mínimo de enunciados midiáticos recuperáveis e citáveis, isto é, um regime de visibilidade em que certos dizeres se tornam mais prontamente circuláveis. Nesse sentido, a aba “Notícias” opera como um dispositivo de ordenação do recuperável, hierarquizando os resultados com base em critérios algorítmicos e comerciais e, assim, interferindo nas condições de aparecimento do arquivo empírico. Não obstante, o procedimento não elimina a agência algorítmica; reconhece-a como parte das condições de aparecimento do arquivo, razão pela qual, como afirmado anteriormente, o *corpus* é tratado como recorte estratégico, e não como amostra estatística. Metodologicamente, isso implica tratar a aba “Notícias” como parte do próprio dispositivo de visibilidade do arquivo, de modo que o *corpus* não é apresentado como “o debate”, mas como um recorte do recuperável e do enunciável sob condições algorítmicas historicamente situadas.

Foram incluídos itens que apresentavam: (i) ocorrência de “identitarismo” ou “pauta identitária” no título, com função acusatória dirigida a lutas, teorias ou práticas minorizadas, ainda que heterogêneas; (ii) vínculo explícito com “esquerda”, crise do campo progressista ou perdas eleitorais da esquerda; (iii) circulação midiática com autoria identificada ou publicação em veículo com seção editorial definida. Por sua vez, foram descartadas duplicações e republicações textualmente idênticas, bem como variações do mesmo texto. Quando o mesmo texto reapareceu em mais de um endereço, manteve-se a primeira publicação ou a versão editorialmente mais estável, registrando-se as republicações como circulação, e não como novos acontecimentos. O conjunto de 23 itens foi tratado como acontecimentos discursivos no sentido foucaultiano, isto é, enunciados situados cuja singularidade permite reconstruir séries enunciativas e efeitos de subjetivação (Foucault, 2022a, 2022b; Navarro, 2015, 2020). O recorte final não pretende encerrar o arquivo, mas sim reunir materialidade suficiente para descrever regularidades, dispersões e convergências entre atores e suportes heterogêneos na estabilização do objeto “identitarismo” como palavra-problema, bem como duas posições de sujeito específicas: os “identitários” (alvo-problema) e os “críticos” (racionalidade-solução).

3.2 A PRIORIS HISTÓRICOS E EMERGÊNCIA NO ARQUIVO

Compreendê-los arqueogeneologicamente exige reconstruir os *a prioris* que tornam possível, de um lado, uma crítica às identidades em campos feministas e de dissidências sexuais e de gênero e, de outro, a consolidação da “crítica ao identitarismo” como categoria acusatória que recodifica e esvazia estas e outras lutas a partir de determinados lugares de saber-poder (Foucault, 2022a, 2022b, 2023). Um primeiro nível remete, nesta medida, à invenção moderna de categorias como gênero, heterossexualidade, homossexualidade e transexualidade.

Leituras inspiradas em Foucault e em teorias *queer/cuir* (Leopoldo, 2020; Sousa; Colling; Casteleira, 2024) mostram que grande parte do vocabulário com que hoje nomeamos corpos provém de uma psibiomedicina que patologizou diferenças corporais e desejos, inventou pares como heterossexualidade/homossexualidade e instituiu um regime de coerência entre sexo, corpo e papel social, difundido por uma psicologia *pop* das diferenças sexuais (Katz, 2007; Connell; Pearse, 2015; Butler, 2022; Favero, 2022; Preciado, 2023). Sobre esse terreno, a partir dos anos 1960, inscreveu-se a virada feminista e dissidente: campos feministas e de gênero, articulados a práticas LGBTQIAPN+ e transfeministas, reapropriam significantes forjados na clínica para desnaturalizar hierarquias de sexo, raça, sexualidade e classe (Moschkovich, 2018; Green *et al.*, 2018; Oliveira; Nascimento; Jesus, 2022). Transfeminismos e teorias *queer/cuir* recusam o gênero como essência identitária e o tomam como prática política de torção das

normas. Daí emerge, como gesto interno, uma crítica às identidades que interroga as capturas e os apagamentos produzidos pelas próprias categorias, sem abdicar de seu uso estratégico (Butler, 2022, 2024; Preciado, 2023).

Um segundo nível diz respeito à constituição recente da “crítica ao identitarismo” como prática discursiva. Trata-se de um conjunto de enunciados que, desde a metade da década de 2010, tem responsabilizado “pautas identitárias” por fragmentar a esquerda, afastar o “povo”, degradar a esfera pública em “lacração”, censurar o debate e corroer o “universalismo político”. Como sugere Colling (2024; Eachuspleste, 2025), essa crítica passa a ser formulada no interior de universidades e mídias por sujeitos que se reivindicam progressistas, de esquerda e/ou liberais, e não apenas por atores conservadores.

Nessa cena recente, “identitarismo” não se estabiliza como conceito em disputa, mas como enunciado acusatório. Sua eficácia depende justamente de operar como palavra-problema que dispensa definição substantiva e, ao mesmo tempo, reorganiza o campo do dizível, atuando como atalho explicativo para enquadrar lutas heterogêneas sob um mesmo diagnóstico. Em termos de irrupção no arquivo, o que se observa não é a entrada gradual de uma categoria teórica, mas a emergência de um rótulo operacional que torna enunciável a crítica, autoriza posições de sujeito e permite converter divergências políticas em efeitos de “excesso”, “desvio” ou “ameaça” à universalidade.

A delimitação desse *a priori* implicou a construção de um arquivo empírico (Navarro, 2020), o levantamento descrito em 3.1, que indica a ausência de ocorrências até 2015 e uma forte concentração entre 2021 e 2024. Entre mais de 1900 resultados de busca, sendo o operador lexical “identitarismo + esquerda” responsável por 98,43% dos resultados entre 2021 e 2024 em comparação com o outro par utilizado, “pauta identitária + esquerda”, 23 acontecimentos discursivos foram recortados. Nesses textos, “identitarismo” opera como palavra-problema, articulada a dicotomias como classe *versus* identidade, material *versus* simbólico, povo *versus* minorias, e funciona como chave de explicação dos conflitos e das disputas contemporâneas. Do ponto de vista da AAGD, conforme descrita anteriormente, interessa descrever as regularidades que a atravessam (Navarro, 2020). É essa materialidade discursiva e essas estratégias de saber-poder que a subseção 3.3 analisa em detalhe.

3.3 SÉRIES ENUNCIATIVAS DO CORPUS

Nesta subseção, o interesse recai sobre a descrição das regularidades enunciativas que atravessam a prática discursiva identificada como “crítica ao identitarismo” e sobre os modos pelos quais ela produz um inimigo comum, “os identitários”. A análise foi conduzida por meio de recortes de séries enunciativas, sendo que cada série foi constituída por aproximações linguístico-discursivas de enunciados que reaparecem, com variações, em suportes e posições distintas, produzindo convergência discursiva em torno do mesmo objeto acusatório. Abaixo, apresentam-se excertos breves do *corpus* que servem de indícios materiais dessas séries.

Em termos de materialidade linguístico-discursiva, as regularidades observadas no *corpus* são descritas por meio de três operadores recorrentes. Primeiro, uma família de nominalizações e rótulos operatórios, “agenda identitária”, “ativismo identitário”, “lacração”, “cultura woke”, “política identitária” e “lugar de fala”, que funciona como operador acusatório, condensando objetos heterogêneos sob um mesmo nome e dispensando definição substantiva para produzir efeito de evidência. Segundo, pares dicotômicos reiterados (universal *versus* particular, material *versus* simbólico, razão *versus* afeto, povo *versus* minorias) operam como dispositivo sintático de hierarquização, em que um polo é naturalizado como medida do político, e o outro é marcado como desvio, excesso ou ruído. Terceiro, predicções recorrentes como “fragmenta”, “atrapalha”, “censura”, “entorpece” e “degrada” sustentam a fabricação de posições de sujeito assimétricas, recodificando “identitários” como problema moral, afetivo ou particularista, enquanto autoriza “críticos” como instância lúcida de “correção”, “racionalidade” e “universalidade”.

Três enunciados que sintetizam uma primeira série são os textos de Barros (2016), no qual afirma que “[...] para a esquerda identitária tudo se resumia, então, a origem”; o de Aldo Rebelo, em entrevista para Oliveira (2021), no qual argumenta que a “agenda identitária” contemporânea se sobrepõe ao “interesse comum”, ficando este “marginalizado”; e o de Ruy (2021), que sustenta que o ativismo identitário “fragmenta o campo progressista” e oferece “soluções estéticas”. A série opera por meio de redistribuição hierárquica: classe, povo, interesse comum e materialidade aparecem como núcleo legítimo, enquanto gênero, raça e sexualidade são recodificados como dispersão, pulverização, “tema secundário” ou moralização do conflito.

Do ponto de vista linguístico-discursivo, essa primeira série se organiza segundo uma gramática de rebaixamento. “Agenda identitária” e “ativismo identitário” aparecem como sintagmas que já trazem a marca de particularização e de suspeição, enquanto “interesse comum”, “povo” e “materialidade” funcionam como nomes de evidência, isto é, como se não demandassem demonstração, apenas reconhecimento. A oposição não é apenas temática, mas predicativa: ao polo “identitário” são atribuídos traços como fragmentação, estética, dispersão e moralização, ao passo que o polo “comum” é apresentado como aquilo que teria sido indevidamente marginalizado. Assim, a série produz um efeito de verdade específico: a política legítima é aquela que se identifica com o universal, enquanto as lutas minorizadas são reinscritas como erro de foco, ruído ou sintoma, o que prepara a posição de sujeito “crítico” como instância de correção e medida.

Numa segunda, o identitarismo é descrito como um regime de autorização, de patrulha e de lugar de fala. Exemplos paradigmáticos são o de Gomes (2018), que descreve “[...] limites da autorização identitária para falar em nome dos outros” e menciona “o tal ‘lugar de fala’”; e o de Barros (2016), que aproxima o “lugar de fala” do “protagonismo” à disputa “no interior do mercado [neoliberal]”. “Lugar de fala” é reconfigurado como mecanismo de interdição, não como operador situado de problematização teórica, de modo que a crítica desloca o foco do conteúdo das lutas para a legitimidade de quem fala e para a suposta inflação de autorização.

O “identitarismo” como censura, cancelamento e moralização do debate público foi rastreado em Gomes (2020) quando fala em “cancelamento ou linchamento digital”, e os atribui aos “defensores de pautas identitárias” e, dois anos depois (Gomes, 2022), quando sintetiza um “Manual para Calar os Críticos e Proibir o Dissenso”. Em entrevista (Trigo, 2019), Antonio Risério, por sua vez, invoca a “espiral de silêncio [dos críticos racionais]” e nomeia o “fascismo identitário”. Nessa terceira série, a crítica estabiliza um cenário de perseguição e de censura, convertendo dissenso e crítica pública em prova de autoritarismo e deslocando a questão da desigualdade para a liberdade de expressão como valor soberano.

A quarta série é composta por um único texto, o de Marçal (2019), no qual o “identitarismo” é fruto de “financiamento estrangeiro”, do “nicho de mercado” e da “nova aristocracia mundial”. Assim, o identitarismo é narrado como importação, manipulação ou engenharia, o que permite retirar agência política das lutas e recolocá-las como sintoma de captura, moda ou instrumento de elites. A singularidade dessa ocorrência não a invalida como série, mas a torna um indício de raridade no arquivo, útil para delimitar um ponto de inflexão narrativo, no qual a acusação se reconfigura como hipótese de fabricação e de gerenciamento.

Em uma quinta série, o “identitarismo” aparece como chantagem política e arma de disputa institucional, por exemplo, em Thomaz (2023), que repercute a ideia do líder do Partido da Causa Operária (PCO) à época de que há articulação do “identitarismo para atacar” e “chantagear” o governo; já Sabino (2023) afirma que “[...] a pauta identitária da esquerda é arma política” e que Lula “[...] exerce um estranho poder de entorpecimento sobre a imprensa sempre preocupada com as igualdades de gênero e de cor da pele (me recuso a chamar de raça, porque raça não existe [sic])”. As lutas são, portanto, tratadas como estratégias de pressão ilegítimas, de modo que “identitarismo” funciona como rótulo que antecipa a desqualificação, enquadrando a reivindicação como tática oportunista, e não como demanda por justiça e igualdade.

Na última série identificável, o “identitarismo” aparece como irracionalidade, delírio e degradação da política. Segundo Betim (2019), Tatiane Roque distingue “pauta identitária” de “modo lacrativo de se fazer política” e afirma que a “cultura da lacração” “está atrapalhando geral” e Ciro Gomes, em Gimenes (2022), repercute “baboseiras [identitárias] da esquerda” e “hiperfragmentação” desse campo político. A crítica instala um vocabulário afetivo depreciativo, no qual identitarismo vira sinônimo de excesso, histeria, vitimismo, baboseira ou lacração. Essa série é decisiva para produzir o par identitários *versus* lúcidos.

A convergência entre as séries produz um efeito particular: “identitarismo” torna-se palavra-problema que dispensa definição substantiva e que opera como dispositivo acusatório flexível, agregando objetos heterogêneos, autorizando enunciadores, rebaixando demandas e estabilizando dicotomias: universal *versus* particular, material *versus* simbólico, racional *versus* irracional, liberdade de expressão *versus* censura.

Os excertos acima funcionam, nessa medida, como indícios materiais das séries recortadas a partir do conjunto total de 23 acontecimentos discursivos, de modo que a leitura não se apoia em exemplos isolados, mas sim na recorrência e na variação dos enunciados do *corpus*.

3.4 UMA SÍNTESE DO *CORPUS*

Com base nas séries e nas funções recorrentes observadas nos excertos, elaborou-se uma síntese descritiva que redistribui o material segundo dimensões analíticas. A Tabela 1 sintetiza esse movimento em um esquema arqueogenealógico. A primeira coluna dela demonstra a redistribuição do material segundo dimensões caras à análise arqueogenealógica do discurso: objetos centrais, léxicos retroativos, sujeitos autorizados à crítica, suportes de enunciação, posições político-ideológicas, eixos dicotômicos e funções discursivas.

Dimensão analítica	Síntese	Função discursiva predominante
Objeto central	“Identitarismo” é estabilizado como entidade monolítica e explicação privilegiada de crises, derrotas e fragmentação da esquerda.	Produzir um objeto-problema que reorganiza o dizível e funciona como atalho explicativo.
Léxicos retroativos	Variantes (“pauta identitária”, “política identitária”, “lacração”, “cancelamento”, “cultura woke”, “lugar de fala”) modulam tom e ampliam adesão sem definição substantiva.	Expandir a acusação por sinonímias operatórias; facilitar circulação e reconhecimento imediato.
Sujeitos produzidos	Produz “inimigo comum” difuso (“os identitários”) e, em contraste, os “críticos” como instância de lucidez e medida.	Distribuir legitimidades e posições de fala de modo assimétrico.
Suportes de circulação	Jornais, revistas, portais e ecossistemas digitais funcionam como caixas de ressonância e validação social.	Naturalizar o objeto e estabilizar recorrências como “evidência” pública.
Dicotomias recorrentes	Liberdade/censura; material/simbólico; racional/irracional; universal/particular; povo/minorias.	Hierarquizar o político e rebaixar diferenças somatopolíticas como desvio/excesso.
Narrativas e enquadramentos	Crise da esquerda; “autoritarismo identitário”; “irracionalidade”; “desvio pequeno-burguês”; “elite globalista”; “moda/marketização”.	Converter demandas por reconhecimento em ameaça à unidade/razão/liberdade; moralizar e governar o dissenso.
Efeitos de dispositivo	A crítica mobiliza-se como tecnologia de gestão: silencia, (re)centraliza autoridades, produz desconhecimentos sistemáticos.	Atualizar regimes de verdade e governar lutas minoritárias via reordenação do enunciável.

Tabela 1: Síntese arqueogenealógica da “crítica ao identitarismo” a partir dos 23 acontecimentos discursivos do *corpus* (2016 a 2025)

Fonte: organizada pelas autoras com base em publicações jornalístico-midiáticas extraídas da aba “Notícias” do conglomerado Google.

A Tabela 1 não substitui o *corpus*, mas o reordena de forma descritivo-expositiva. Ela foi construída a partir das séries enunciativas descritas em 3.3, por meio de um procedimento de marcação dos enunciados por função. Cada acontecimento discursivo foi codificado pela presença e recorrência de: (i) nomeação do objeto “identitarismo” e de seus correlatos; (ii) dicotomias mobilizadas; (iii) dispositivos de autorização e desautorização; (iv) enquadramentos de crise e de fragmentação; (v) vocabulário de censura ou de cancelamento; (vi) atribuição de irracionalidade, moda, vitimismo ou degradação da política. O esquema, portanto, é uma síntese construída a partir das séries, e não um “inventário” de opiniões. Em termos de percurso analítico, trata-se de um momento de síntese posterior ao recorte das séries, no qual as regularidades descritas anteriormente foram redistribuídas em dimensões para fins de exposição e verificabilidade.

No plano dos objetos, o núcleo não é as “identidades”, mas a construção de uma entidade chamada “identitarismo”, tomada como bloco monolítico e como problema explicativo privilegiado das derrotas da esquerda, da fragmentação do campo progressista e das

disputas sociais contemporâneas. Retroalimentam-se outros objetos, como “cultura woke”, “lacração”, “cancelamento”, “política identitária”, “lugar de fala”, “fragmentação da esquerda”, que funcionam como significantes-sintoma ao remeterem reiteradamente ao mesmo núcleo acusatório, permitindo a modulação do tom da “crítica” e dispensando a definição substantiva do que seja “identitarismo”.

No plano dos sujeitos, evidencia-se a produção de um inimigo comum difuso, “os identitários”, que condensa feminismos, antirracismos, dissidências sexuais e de gênero, epistemologias decoloniais, lutas de PCD etc. Em paralelo, os enunciadores autorizados convergem ao se posicionarem como “lúcidos”, autorizados a falar “acima” das disputas identitárias, em nome da razão, da unidade, da nação, da classe, do povo ou da liberdade de expressão. Os suportes vinculativos listados no *corpus* atuam como caixas de ressonância e como instâncias de validação social. A repetição de diagnósticos, de rótulos e de narrativas em veículos distintos, com públicos diversos, contribui para a estabilização do “identitarismo” como problema “real”, digno de atenção pública.

O esquema também explicita que essa prática discursiva não é monopólio de um espectro político específico. A convergência entre marxismo ortodoxo, liberalismo midiático, progressismo moderado, nacionalismo, conservadorismo moral-religioso e extrema-direita cultural evidencia uma transversalidade. O que, em outros temas, aparece como antagonismo, aqui, converte-se em alinhamento parcial em torno do mesmo objeto.

Do ponto de vista foucaultiano, a passagem da noção de formações discursivas para a de dispositivo permite pensar que não se trata apenas de um conjunto de enunciados, mas de uma engrenagem em que instituições midiáticas, partidos, redes digitais, normas morais e técnicas de argumentação se articulam em torno de um mesmo problema (Foucault, 2022a, 2022b, 2023). A “crítica ao identitarismo” pode ser lida, assim, como prática discursiva inscrita em um dispositivo que organiza simultaneamente um regime de verdade e modos de constituição de sujeitos. De um lado, os “identitários”, produzidos como sujeitos afetivos, parciais, particularistas. De outro, os “críticos”, subjetivados como sujeitos de razão, universalidade e medida.

Ao ancorar a Tabela 1 em séries a partir de materialidades linguístico-discursivas, a análise permite rastrear, nos excertos e nas recorrências, as regularidades que sustentam a construção do esquema.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais do que propor uma nova “escola” ou fixar um rótulo definitivo, este artigo empregou a nomeação exógena “Análise Arqueogenológica do Discurso” (AAGD) como recurso de legibilidade metodológica, para tornar legível, com Foucault, um modo de leitura de discursos hoje praticado nos Estudos Discursivos Foucaultianos no Brasil. Ao mobilizar os operadores sistematizados por Navarro (2015, 2020), arquivo, acontecimentalização e desmultiplicação causal, o texto apostou em um percurso verificável que desloca a análise do debate das “opiniões” para as condições de emergência e de eficácia dos enunciados, recolocando em primeiro plano os efeitos de verdade e de subjetivação.

A leitura do arquivo midiático recortado mostrou que “identitarismo” se estabiliza menos como conceito e mais como palavra-problema e como operador acusatório. Sua força reside em dispensar definição substantiva e, ainda assim, condensar objetos heterogêneos sob um mesmo diagnóstico, reorganizando legitimidades e redistribuindo o dizível em torno de gênero, raça, sexualidade e outras diferenças somatopolíticas. Observa-se, assim, uma maquinaria de enunciabilidade na qual se produzem posições assimétricas. De um lado, “os identitários”, recodificados como sujeitos parciais, afetivos ou particularistas. De outro, “os críticos”, autorizados como instância de medida, de razão e de universalidade.

Em homenagem (e em reflexão) ao seu centenário, talvez não seja pedir demais que o pressuposto foucaultiano de que somos “nós, os identitários”, que (re)produzimos as condições em que nos encontramos hoje, se torne premissa, e não apenas um instrumento de gestão dos modos de vida? Se “identitarismo” aparece no arquivo analisado como palavra-problema capaz de reordenar legitimidades e redistribuir o dizível, a tarefa crítica passa a incluir a análise das condições que tornam essa palavra citável, eficaz e politicamente operacional, bem como dos sujeitos que ela produz, estabiliza e hierarquiza.

REFERÊNCIAS

- BARROS, D. R. Quando “opostos” se atraem e se tocam? O MBL e a esquerda identitária. *Pragmatismo Político*, 13 out. 2016. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/10/quando-opostos-atraem-tocam-mbl-esquerda-identitaria.html>. Acesso em: 9 set. 2026.
- BETIM, F. Tatiana Roque: “O problema da esquerda não é a pauta dita identitária, mas sim a lacração”. *El País Brasil*, São Paulo, 24 mar. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/20/politica/1553037448_213932.html. Acesso em: 10 set. 2026.
- BUTLER, J. *Desfazendo gênero*. Tradução de Alécia Bretas, Ana Luiza Gussen, Beatriz Zampieri, Gabriel Lisboa Ponciano, Luís Felipe Teixeira, Nathan Teixeira, Petra Bastone e Victor Galdino. São Paulo: Editora Unesp, 2022.
- BUTLER, J. *Quem tem medo do gênero?* Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2024.
- COLLING, L. Os novos discursos críticos às identidades e a crise nas universidades. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 25 out. 2024. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/os-novos-discursos-criticos-as-identidades-e-a-crise-nas-universidades/>. Acesso em: 10 set. 2026.
- CONNELL, R.; PEARSE, R. *Gênero: uma perspectiva global*. Tradução de Marília Moschkovich. 3. ed. São Paulo: nVersos, 2015.
- EACHUSPLESTE - Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP. Aula Magna: a emergência de novos discursos críticos às identidades: obras, pistas e hipóteses. Aula Magna do prof. Leandro Colling. São Paulo: YouTube, 30 set. 2025. 1 vídeo (2h10min35seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ObqQ9ds69Ig>. Acesso em: 9 set. 2026.
- FAVERO, S. *Psicologia suja*. Simões Filho, BA: Devires, 2022.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2022a.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2022b.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. 16. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz & Terra, 2023.
- GIMENES, H. Para Ciro, pautas identitárias são “baboseiras da esquerda”. *Pleno.News*, 5 set. 2022. Disponível em: <https://pleno.news/brasil/eleicoes-2022/para-ciro-pautas-identitarias-sao-baboseiras-da-esquerda.html>. Acesso em: 9 set. 2026.
- GOMES, W. Dois problemas democráticos da política identitária. *Revista CULT*, São Paulo, 21 jan. 2022. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/dois-problemas-democraticos-da-politica-identitaria/>. Acesso em: 9 set. 2026.
- GOMES, W. Esquerda identitária e satanização da maioria. *Revista CULT*, São Paulo, 9 nov. 2018. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/esquerda-identitaria-e-satanizacao-da-maioria/>. Acesso em: 9 set. 2026.
- GOMES, W. O cancelamento da antropóloga branca e a pauta identitária. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 ago. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/08/o-cancelamento-da-antropologa-branca-e-a-pauta-identitaria.shtml>. Acesso em: 9 set. 2026.
- GREEN, J. N.; QUINALHA, R.; CAETANO, M.; FERNANDES, M. (org.). *História do movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018.

- GREGOLIN, M. R. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos*. 2. ed. São Carlos: ClaraLuz, 2006.
- KATZ, J. N. *The invention of heterosexuality*. With a new foreword by the author. Chicago: University of Chicago Press, 2007.
- LEOPOLDO, R. *Cartografia do pensamento queer*. Simões Filho, BA: Devires, 2020.
- MAINGUENEAU, D. *Discurso e análise do discurso*. Tradução de Sírío Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- MARÇAL, W. Identitarismo bilionário. *Disparada*, 30 jan. 2019. Disponível em: <https://disparada.com.br/identitarismo-bilionario/>. Acesso em: 9 set. 2026.
- MAZIÈRE, F. *A análise do discurso: história e práticas*. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- MENDIZÁBAL, I. R. Análisis del discurso en Latinoamérica: un estado de arte. *Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación*, Quito, n. 139, p. 15-66, 2019. Disponível em: <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/items/6b9db149-9c93-4d25-a943-0f8d84c085df>. Acesso em: 10 set. 2026.
- MOSCHKOVICH, M. B. F. G. *Feminist gender wars: the reception of the concept of gender in Brazil (1980s-1990s) and the global dynamics of production and circulation of knowledge*. 2018. 202 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1082998>. Acesso em: 5 set. 2026.
- NAVARRO, P. Estudos discursivos foucaultianos: questões de método para análise de discursos. *MOARA – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras*, Belém, v. 1, n. 57, p. 8-33, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/9682/6672>. Acesso em: 10 set. 2026.
- NAVARRO, P. Por uma análise arqueogenealógica do discurso. In: BARONAS, R. L. (org.). *Estudos discursivos à brasileira: uma introdução*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015. p. 149-173.
- OLIVEIRA, M. R. G.; NASCIMENTO, L. C.; JESUS, J. G. (org.). *Gritarias epistêmicas: (r)existências de travestis e mulheres transexuais negras no Brasil*. Salvador, BA: Devires, 2022.
- OLIVEIRA, W. Pré-candidato Aldo Rebelo diz que pauta identitária marginaliza o debate que importa. *Gazeta do Povo*, Brasília, 5 dez. 2021. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/república/pre-candidato-aldo-rebelo-diz-que-pauta-identitaria-marginaliza-o-debate-que-importa/>. Acesso em: 9 set. 2026.
- PRECIADO, P. B. *Dysphoria mundi: o som do mundo desmoronando*. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- RUIZ, M. A. A. Por uma análise do discurso brasileira: Gestos de leitura na construção de um campo de pesquisa. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 6455-6465, jul./set. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/77815>. Acesso em: 10 set. 2026.
- RUY, C. B. Como surgiu a política identitária e qual sua relação com a ideologia liberal. *Brasil de Fato*, São Paulo, 17 set. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/09/17/artigo-como-surgiu-a-politica-identitaria-e-qual-sua-relacao-com-a-ideologia-liberal/>. Acesso em: 9 set. 2026.
- SABINO, M. Por que Lula não é um racista sexista como Bolsonaro. *Metrópoles*, 29 nov. 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/mario-sabino/por-que-lula-nao-e-um-racista-sexista-como-bolsonaro>. Acesso em: 8 set. 2026.

SOUSA, C. G.; COLLING, L.; CASTELEIRA, R. P. Provocações iniciais para pensar o pós-queer/cuir no Brasil da atualidade. *Conceição|Conception*, Campinas, SP, v. 13, p. 1-24, 2024. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conce/article/view/8677692>. Acesso em: 10 set. 2026.

THOMAZ, D. Por que PCO incomoda esquerda e agrada bolsonaristas. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 9 set. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2023/09/por-que-pco-incomoda-esquerda-e-agrada-bolsonaristas.shtml>. Acesso em: 9 set. 2026.

TRIGO, L. Em livro polêmico, Antonio Risério ataca o “fascismo identitário”. *G1- Pop & Arte*, 11 nov. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/blog/luciano-trigo/post/2019/11/11/em-livro-polemico-antonio-riserio-ataca-o-fascismo-identitario.ghtml>. Acesso em: 9 set. 2026.



Recebido em 29/04/2026. Aceito em 27/09/2026.

Publicado em 15/10/2026.